

**CULPA RELIGIOSA,
REGULAÇÃO MORAL E
VULNERABILIDADE
PSICOSSOCIAL DE
PESSOAS TRANS NO
BRASIL: UMA REVISÃO
NARRATIVA**

RELIGIOUS GUILT, MORAL REGULATION AND PSYCHOSOCIAL
VULNERABILITY OF TRANS PEOPLE IN BRAZIL: A NARRATIVE REVIEW

Ciências Humanas • 14/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/778611529](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/778611529)

Lis Cristina Oliveira Araújo¹

RESUMO

Esta revisão narrativa tem como objetivo analisar a relação entre culpa religiosa, regulação moral e vulnerabilidade psicossocial de pessoas trans no Brasil. Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório, baseado na análise interpretativa da literatura científica nacional e internacional. A revisão evidencia que a culpa religiosa, frequentemente internalizada a partir de normas morais e de gênero, constitui um elemento central na experiência de pessoas trans, podendo atuar tanto como fator de sofrimento quanto como mecanismo ambivalente de enfrentamento. Os processos de regulação moral, manifestados por meio de pressões familiares, comunitárias e religiosas, contribuem para a manutenção de estigmas, discriminação e exclusão social, impactando negativamente a saúde mental e o bem-estar. Por outro lado, fatores como apoio social e redes de cuidado emergem como elementos protetores. Destaca-se, ainda, a relevância das interseccionalidades, especialmente relacionadas à raça e classe social, na intensificação das vulnerabilidades. Conclui-se que a articulação entre culpa religiosa, regulação moral e vulnerabilidade psicossocial ainda é pouco explorada na literatura, sendo fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas de cuidado mais inclusivas.

Palavras-chave: culpa religiosa; pessoas trans; saúde mental.

ABSTRACT

This narrative review aims to analyze the relationship between religious guilt, moral regulation, and psychosocial vulnerability among transgender individuals in Brazil. This is a qualitative and exploratory study based on an interpretative analysis of national and international scientific literature. The findings indicate that religious guilt, often internalized through moral and gender norms, plays a

central role in the experiences of transgender individuals, acting both as a source of suffering and as an ambivalent coping mechanism. Processes of moral regulation, expressed through family, community, and religious pressures, contribute to stigma, discrimination, and social exclusion, negatively affecting mental health and well-being. Conversely, factors such as social support and care networks emerge as protective elements. The study also highlights the importance of intersectionality, particularly regarding race and social class, in intensifying vulnerabilities. It concludes that the articulation between religious guilt, moral regulation, and psychosocial vulnerability remains underexplored in the literature and is essential for the development of more inclusive public policies and care practices.

Keywords: religious guilt; transgender people; mental health.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre religiosidade, normas sociais e identidade de gênero constitui um campo complexo e ainda pouco explorado na literatura científica brasileira. No contexto das vivências de pessoas trans, a religião pode assumir um papel ambivalente, funcionando tanto como fonte de suporte quanto como mecanismo de regulação moral e produção de sofrimento (SANTOS et al., 2023).

A culpa religiosa, entendida como a internalização de normas morais derivadas de sistemas religiosos, emerge como um dos principais elementos que atravessam a experiência subjetiva de indivíduos trans (RIBEIRO FILHO, 2025). Esse fenômeno está diretamente relacionado à imposição de normas de gênero rígidas, frequentemente sustentadas por discursos religiosos que delimitam

padrões considerados aceitáveis de comportamento e identidade (BUTLER, 2024).

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar como a culpa religiosa e os processos de regulação moral contribuem para a vulnerabilidade psicossocial de pessoas trans no Brasil (MONTEIRO; MCCALLUM, 2024).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A culpa religiosa pode ser compreendida como uma manifestação específica do sofrimento moral, resultante da internalização de normas, valores e preceitos oriundos de sistemas religiosos. Trata-se de um fenômeno complexo que articula dimensões subjetivas, culturais e institucionais, sendo influenciado por processos históricos e sociais que moldam a compreensão do certo e do errado dentro de determinados contextos (TOURNIER, 2023). Diferentemente da culpa em sentido estritamente psicológico, a culpa religiosa está vinculada à ideia de transgressão não apenas de normas sociais, mas de princípios considerados sagrados, o que tende a intensificar seus efeitos sobre o sujeito.

Nesse sentido, a culpa religiosa não se limita a um sentimento pontual, mas configura-se como um dispositivo contínuo de autorregulação moral, influenciando comportamentos, emoções e a construção da identidade. Para pessoas trans, essa dinâmica assume contornos ainda mais complexos, uma vez que a identidade de gênero frequentemente entra em conflito com normas religiosas que estabelecem modelos rígidos e binários de masculinidade e feminilidade (BUTLER, 2024). Esse conflito pode gerar processos de

autoquestionamento, vergonha e negação de si, impactando diretamente a saúde mental.

A regulação moral, por sua vez, refere-se ao conjunto de mecanismos sociais, culturais e institucionais que orientam e controlam comportamentos considerados adequados dentro de uma sociedade. Esses mecanismos são frequentemente legitimados por discursos religiosos, que conferem autoridade simbólica às normas morais (MOURA; SILVA, 2023). A religião, nesse contexto, atua não apenas como sistema de crenças, mas como instância normativa que influencia práticas sociais e relações interpessoais.

Sob essa perspectiva, a regulação moral pode ser entendida como um processo de disciplinamento social, no qual os indivíduos internalizam normas e passam a reproduzi-las em suas próprias condutas e na vigilância do comportamento alheio. Para pessoas trans, esse processo se manifesta por meio de pressões explícitas e implícitas para conformidade com padrões de gênero socialmente estabelecidos. Tais pressões podem ocorrer em diferentes esferas, incluindo a família, a escola, o ambiente de trabalho e as instituições religiosas, configurando um cenário de constante vigilância e controle.

Além disso, é importante considerar que a regulação moral não ocorre de forma homogênea, sendo atravessada por relações de poder que determinam quais identidades são legitimadas e quais são marginalizadas. Nesse sentido, discursos religiosos conservadores tendem a reforçar a exclusão de identidades dissidentes, ao classificá-las como desviantes ou inadequadas. Essa dinâmica contribui para a manutenção de estruturas sociais

excludentes, nas quais pessoas trans ocupam posições de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade psicossocial de pessoas trans, por sua vez, deve ser compreendida como resultado da interação entre fatores individuais, sociais e estruturais. Trata-se de um conceito que ultrapassa a dimensão biológica ou psicológica, incorporando aspectos relacionados ao acesso a direitos, condições de vida e inserção social (BAÉRE; ZANELLO, 2024). Nesse contexto, a discriminação, a violência e a exclusão social emergem como elementos centrais na produção de vulnerabilidades.

A literatura aponta que pessoas trans estão mais expostas a situações de marginalização, incluindo dificuldades de acesso à educação, ao mercado de trabalho e aos serviços de saúde. Essas condições contribuem para a precarização da vida e aumentam o risco de adoecimento psíquico. A presença da culpa religiosa e da regulação moral intensifica esse cenário, ao produzir sofrimento adicional e dificultar processos de aceitação e afirmação da identidade.

Outro aspecto relevante diz respeito ao papel da subjetividade na experiência da vulnerabilidade. A internalização de discursos negativos sobre a identidade de gênero pode levar à construção de uma autoimagem marcada por sentimentos de inadequação e inferioridade. Esse processo, frequentemente mediado por experiências religiosas, reforça a ideia de que a identidade trans é incompatível com valores morais e espirituais, o que pode gerar conflitos internos profundos.

Do ponto de vista teórico, é possível articular essas discussões com contribuições de autores que analisam a relação entre poder, normatividade e subjetividade. A partir de uma perspectiva foucaultiana, por exemplo, a regulação moral pode ser entendida como parte de um conjunto de dispositivos de poder que operam na produção de subjetividades e na normalização dos corpos (FOUCAULT, 1988). Nesse contexto, a religião funciona como uma das instâncias que contribuem para a definição do que é considerado normal ou desviante.

Adicionalmente, a teoria da performatividade de gênero proposta por Butler (2024) oferece importantes subsídios para compreender como as normas de gênero são construídas e reproduzidas socialmente. Segundo a autora, o gênero não é uma essência fixa, mas um conjunto de práticas reiteradas que produzem a aparência de estabilidade. No caso de pessoas trans, a ruptura com essas normas evidencia seu caráter construído, o que pode gerar reações de resistência por parte de instituições que buscam manter a ordem normativa.

Outro ponto importante refere-se à dimensão simbólica da religião, que atua na construção de sentidos e significados sobre o corpo, a identidade e a moralidade. Narrativas religiosas que associam a diversidade de gênero ao pecado ou à desordem moral contribuem para a estigmatização de pessoas trans, reforçando processos de exclusão social. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a religião também pode ser resignificada, assumindo um papel de acolhimento e suporte em contextos mais inclusivos.

Dessa forma, a articulação entre culpa religiosa, regulação moral e vulnerabilidade psicossocial revela-se como um campo analítico

potente para compreender as experiências de pessoas trans. Trata-se de uma relação dinâmica, marcada por tensões e ambivalências, na qual elementos de sofrimento e resistência coexistem. A ampliação dessa discussão na literatura é fundamental para subsidiar práticas profissionais e políticas públicas que considerem a complexidade dessas vivências.

2.1. Panorama Sociocultural no Brasil

O contexto sociocultural brasileiro é profundamente marcado pela presença da religião na vida social, especialmente por tradições cristãs que influenciam valores, comportamentos e instituições (BRANDÃO; ALZUGUIR, 2022). Essa influência se manifesta não apenas no âmbito privado, mas também na esfera pública, impactando a formulação de políticas e a construção de discursos sociais sobre gênero e sexualidade.

No Brasil, a forte presença de discursos religiosos conservadores tem contribuído para a consolidação de normas de gênero rígidas, que dificultam o reconhecimento e a aceitação da diversidade. Esses discursos frequentemente se articulam com outras formas de poder, como o político e o midiático, ampliando seu alcance e impacto. Nesse cenário, pessoas trans são frequentemente alvo de estigmatização, sendo associadas a narrativas de desvio, pecado ou ameaça à ordem social.

As representações midiáticas desempenham papel central na reprodução desses estigmas, ao veicular imagens e discursos que reforçam preconceitos. Muitas vezes, pessoas trans são retratadas de forma estereotipada ou marginalizada, o que contribui para a naturalização da discriminação (SANCHES; REBLIN, 2023;

CAPELLARI, 2025). Essa construção simbólica influencia a percepção social e legitima práticas excludentes.

Apesar de avanços importantes no campo jurídico, como o reconhecimento do nome social e o direito à alteração de registro civil, a efetivação desses direitos ainda enfrenta obstáculos. A implementação de políticas públicas voltadas para a população trans é desigual e frequentemente insuficiente, especialmente em regiões com menor acesso a serviços e recursos (SIMÕES, 2025; PAVINATTO, 2023).

Outro fator relevante no contexto brasileiro é a interseccionalidade das desigualdades. Pessoas trans negras, pobres ou residentes em áreas periféricas enfrentam múltiplas formas de exclusão, o que intensifica sua vulnerabilidade. Essas desigualdades estruturais evidenciam que a experiência trans não é homogênea, sendo atravessada por diferentes marcadores sociais.

Por fim, destaca-se a emergência de movimentos sociais e iniciativas que buscam promover a inclusão e o reconhecimento de pessoas trans. Esses movimentos desempenham papel fundamental na construção de novas narrativas e na luta por direitos, contribuindo para a transformação social. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para a superação das desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de caráter qualitativo e exploratório. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender fenômenos complexos e multidimensionais, como religiosidade e identidade de gênero (GIL, 2019).

A busca foi realizada em bases como SciELO e Google Scholar, com seleção de estudos publicados entre 2012 e 2025, além de obras clássicas relevantes.

A análise ocorreu por meio de leitura interpretativa, permitindo a organização dos achados em eixos temáticos relacionados à culpa religiosa, regulação moral e impactos psicossociais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura evidencia que a culpa religiosa constitui um elemento estruturante na experiência subjetiva de pessoas trans no Brasil, estando diretamente relacionada à internalização de normas morais e religiosas que regulam a expressão de gênero. Essa internalização ocorre de forma gradual, sendo mediada por processos de socialização familiar, comunitária e institucional, nos quais a religião ocupa posição central (RIBEIRO FILHO, 2025; MONTEIRO; MCCALLUM, 2024).

Nesse contexto, a culpa não se apresenta apenas como um sentimento individual, mas como um dispositivo social de controle, operando na manutenção de padrões normativos de gênero. A literatura aponta que indivíduos trans frequentemente vivenciam conflitos internos decorrentes da incompatibilidade entre sua identidade de gênero e os valores religiosos internalizados, o que pode resultar em sofrimento psíquico significativo (TOURNIER, 2023; ZANGARI et al., 2023).

Além disso, observa-se que a culpa religiosa assume um caráter ambivalente. Em alguns casos, ela pode funcionar como mecanismo de regulação comportamental e pertencimento social; em outros, atua como fator de exclusão, reforçando sentimentos de

inadequação e rejeição. Essa ambivalência revela a complexidade da relação entre religiosidade e identidade de gênero, indicando que a religião não pode ser compreendida de forma unidimensional na experiência de pessoas trans (BAÉRE; ZANELLO, 2024).

Os processos de regulação moral, por sua vez, manifestam-se de forma intensa no cotidiano dessas pessoas, especialmente por meio de práticas de controle social exercidas por familiares, comunidades religiosas e instituições. Essas práticas incluem críticas, censura, exclusão simbólica e, em casos mais extremos, violência física e psicológica (DA VEIGA ANGELINE; DE LIMA, 2025; DE SOUSA; CARNEIRO, 2024).

A família desempenha papel central nesse processo, sendo frequentemente o primeiro espaço de imposição de normas de gênero e moralidade religiosa. A literatura evidencia que a rejeição familiar está associada ao aumento de sofrimento psíquico, incluindo sintomas depressivos, ansiedade e ideação suicida (GANDRA et al., 2023). Essa dinâmica reforça a ideia de que a regulação moral não se limita ao campo institucional, mas se reproduz nas relações interpessoais.

No âmbito social mais amplo, as representações midiáticas e religiosas contribuem para a construção de estigmas que legitimam práticas discriminatórias. Discursos que associam a transexualidade à doença, pecado ou desvio moral reforçam a marginalização e dificultam a inclusão social de pessoas trans (SANCHES; REBLIN, 2023; CAPELLARI, 2025). Tais narrativas operam como mecanismos simbólicos de exclusão, influenciando percepções sociais e políticas públicas.

As consequências desses processos para a saúde mental são amplamente documentadas. A literatura aponta que pessoas trans expostas a altos níveis de discriminação e regulação moral apresentam maior prevalência de transtornos mentais, incluindo depressão, ansiedade e comportamento suicida (LAGE; GONÇALVES, 2024; VERONEZE, 2022). O estresse crônico decorrente dessas experiências é um fator determinante para o comprometimento do bem-estar.

Entretanto, é importante destacar que nem todas as experiências religiosas são negativas. Alguns estudos indicam que formas inclusivas de religiosidade podem atuar como importantes fontes de apoio emocional e espiritual, contribuindo para a construção de sentido e fortalecimento identitário (DA ROSA; ESPERANDIO, 2022). Isso reforça a necessidade de uma abordagem crítica, porém não reducionista, da relação entre religião e diversidade de gênero.

Outro aspecto relevante identificado na literatura é o papel das interseccionalidades na intensificação das vulnerabilidades. Pessoas trans negras, de baixa renda ou em contextos de exclusão social enfrentam múltiplas camadas de discriminação, o que potencializa os efeitos da culpa religiosa e da regulação moral (MURASAKI, 2024). Essas intersecções evidenciam que a vulnerabilidade não é homogênea, mas profundamente marcada por desigualdades estruturais.

Adicionalmente, a literatura aponta limitações importantes na produção científica sobre o tema, especialmente no que se refere à escassez de estudos que integrem, de forma articulada, os conceitos de culpa religiosa, regulação moral e vulnerabilidade psicossocial. A maioria das pesquisas aborda esses elementos de forma isolada, o

que dificulta uma compreensão mais abrangente do fenômeno (DOMENE et al., 2022).

Dessa forma, os resultados desta revisão reforçam a necessidade de abordagens interdisciplinares que considerem simultaneamente dimensões psicológicas, sociais, culturais e religiosas. Tal perspectiva é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais eficazes, tanto no campo da saúde quanto das políticas públicas.

5. CONCLUSÃO

A revisão evidencia que a culpa religiosa e a regulação moral são elementos fundamentais para compreender a vulnerabilidade psicossocial de pessoas trans no Brasil (ARAÚJO, 2025).

Esses fatores contribuem para a produção de sofrimento, mas também podem assumir caráter ambivalente, dependendo do contexto e das redes de apoio disponíveis (DA ROSA; ESPERANDIO, 2022).

Destaca-se a necessidade de políticas públicas mais inclusivas, bem como a formação de profissionais sensíveis às questões de gênero e religiosidade (CARVALHO; AMOROSO, 2025).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, N. S. Saúde mental e trabalho: potencialidades e tensionamentos para reabilitação psicossocial pelo programa mais emprego de Sobral. 2025. Disponível em: <https://www.ufc.br>. Acesso em: 01 maio 2026.

BAÉRE, F.; ZANELLO, V. **Saúde mental na militância trans: lutas entre a representatividade e a sobrevivência.** Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades, 2024.

BARREIROS, D.; BRÊTAS, J. R. S. **Entre silêncios e desafios: representações sociais de docentes sobre diversidade sexual na educação básica.** 2024.

BRANDÃO, E. R.; ALZUGUIR, F. C. V. **Gênero e saúde: uma articulação necessária.** 2022.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Editora X, 2024.

CAPELLARI, M. **A intolerância religiosa: como a discriminação viola os direitos da personalidade e impacta a vida das pessoas.** 2025.

CARVALHO, P.; AMOROSO, S. Vida espiritual e morte psíquica. 2025. Disponível em: <https://www.icesp.br>. Acesso em: 01 maio 2026.

DA ROSA, Z. T. S.; ESPERANDIO, M. R. G. O papel da espiritualidade/religiosidade na saúde mental de minorias sexuais: revisão integrativa da literatura. **Estudos de Religião**, 2022.

DA VEIGA ANGELINE, S. R. D.; DE LIMA, F. M. M. Assédio moral e transfóbico: configurações e efeitos nas relações de trabalho no Brasil contemporâneo. **Diké – Revista Jurídica**, 2025.

DE SOUSA, T. F.; CARNEIRO, S. N. V. Religião e direito: a dinâmica do controle social nas esferas moral e jurídica. **Revista Políticas Públicas**, 2024.

DOMENE, F. M. et al. Saúde da população LGBTQIA+: revisão de escopo rápida da produção científica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2022.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GANDRA, L. S. et al. Avaliação da importância da rede de apoio psicossocial oferecida pela família e comunidade às pessoas transgêneras durante o ciclo de vida. **Revista Brasileira de Neuropsiquiatria**, 2023.

GOMES COELHO, G.; TEIXEIRA FILHO, S. Vidas ilícitas: transfobia e situação de rua em São Paulo. **Psicoperspectivas**, 2025.

LAGE, F. F.; GONÇALVES, U. F. A. E. **Estresse, ansiedade e depressão em contexto religioso.** 2024.

MACÊDO, S. A.; DE FARIAS, C. P. **Fundamentalismo religioso e exclusão social.** 2025.

MONTEIRO, A. A.; MCCALLUM, C. A. Entre amor, vergonha e culpa: uma análise política das emoções no contexto familiar de homens trans. **Revista Contemporânea**, 2024.

MOURA, C. H. G.; SILVA, P. F. Escola sem partido e conservadorismo moral: instrumentalização da religião, sexualidade e gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2023.

MURASAKI, A. K. Luto todo dia por ser quem eu sou: participação social e acesso a direitos de jovens mulheres trans. 2024. Disponível em: <https://www.usp.br>. Acesso em: 01 maio 2026.

OLIVEIRA, G. S. et al. Homossexualidade, família e religião: uma análise psicossocial. **Psicologia em Estudo**, 2024.

PAVINATTO, T. **Tratado de proteção da diversidade: sexualidade, gênero e direito**. 2023.

RIBEIRO FILHO, F. A. Tabu, interdito e transgressão: um estudo sobre expressões freudianas n'O erotismo de Georges Bataille. **Ciência & Trópico**, 2025.

SANCHES, P.; REBLIN, I. A. A influência midiática sobre as igrejas cristãs no Brasil: uma reflexão breve. **Práxis Teológica**, 2023.

SANTOS, M. A. et al. Impacto psicossocial da pandemia de COVID-19 na saúde mental de pessoas transexuais e travestis. **Psico-USF**, 2023.

SIMÕES, H. A. **Efetividade dos direitos de pessoas transexuais e travestis no sistema prisional brasileiro**. 2025.

SILVA, V. C. M. Mecanismos utilizados por professores para lidar com a diversidade de crenças em sala de aula. **Revista Contemporânea**, 2024.

TOURNIER, P. **Culpa e graça: uma análise do sentimento de culpa e o ensino do evangelho**. 2023.

VERONEZE, R. T. Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico. **Revista Katálisis**, 2022.

ZANGARI, W.; MACHADO, F. R.; PAIVA, G. J. **A psicologia do enfrentamento religioso na saúde e na doença**. 2023.

¹ Graduada em pedagogia pela Faculdade FAEL e Pós-graduada em Neuropsicopedagogia pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)